



Município de Penafiel
Relatório de Gestão
2015

"Nos últimos anos temos desenvolvido um conjunto de valências e projetos em vários níveis, com o único objetivo de melhorar e reforçar a qualidade de vida de todos os penafidelenses, sem exceção. Trabalhamos e continuaremos a trabalhar afincadamente nas diversas áreas como o combate ao desemprego, a coesão territorial, combate às fragilidades sociais, a educação, o turismo, as acessibilidades e os equipamentos de proximidade. Penafiel continua a ser o melhor território para viver."

Antonino de Sousa, Presidente da Câmara Municipal

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévia

O regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

O presente relatório foi elaborado em harmonia com o estipulado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e em consonância com a alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, conjugado com a Resolução do Tribunal de Contas nº4/2001- 2ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais.

O Relatório de Gestão deverá ser remetido ao Tribunal de Contas, em conformidade com o n.º 28 do Anexo I – Documentos de Prestação de Contas, da Resolução n.º 6/2013-2ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, de 21 de novembro de 2013 e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14.12.2009, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Dos conteúdos, objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, à situação financeira e patrimonial relevando a execução orçamental através dos quais são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2015.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

A organização patrimonial e a evolução entre exercícios são sumariamente descritas no Balanço Sintético, por analogia dos elementos patrimoniais e com respeito pela especialização dos exercícios. O Balanço caracteriza a situação patrimonial da Autarquia e compreende distintos agregados patrimoniais: o Activo, o Passivo e os Fundos Próprios.

No Activo são reconhecidos os bens e direitos do Município, abrangendo os acréscimos de proveitos e custos diferidos; no Passivo são identificadas as obrigações e responsabilidades perante terceiros, incluindo os acréscimos de custos e proveitos diferidos. Os Fundos Próprios representam o Património da Autarquia e abarcam o Património inicial, à data da elaboração do primeiro Balanço, acrescentado do Património adquirido através da actividade posterior, i.e., pelos Resultados Líquidos gerados.

Em matéria de reporte financeiro das contas consolidadas, importa referir que o mesmo será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, considerando o regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que estabelece no seu artigo 76.º, n.º 2, que os

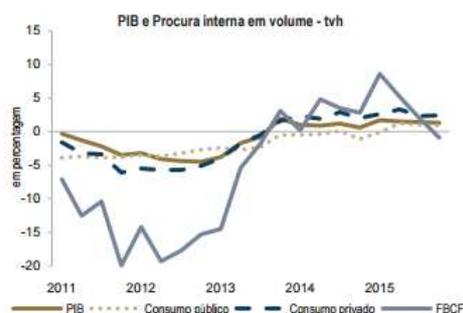
referidos documentos são elaborados e aprovados pelo órgão executivo e submetidos a apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquela a que respeitam.

O mencionado preceito legal é desde já aplicável à prestação de contas consolidadas do exercício de 2015, razão por que se individualizou o respetivo documento de reporte, sem prejuízo de o mesmo poder ser aprovado conjuntamente com a Prestação de Contas Individuais.

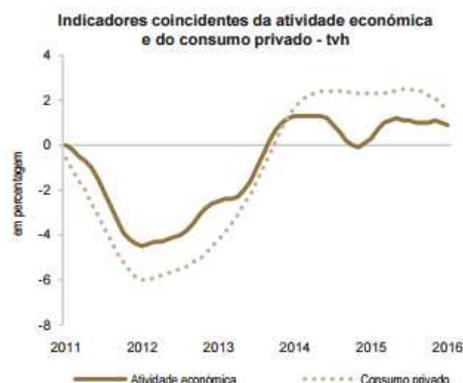
Assim, em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2015, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Penafiel, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Enquadramento Macroeconómico

De acordo com o Boletim Económico de Dezembro/15 do Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2015, o PIB aumentou 1,6 por cento face ao período homólogo de 2014, após uma variação anual de 0,9 por cento em 2014 (variações homólogas semelhantes nos dois semestres de 2014). A aceleração da atividade na primeira metade de 2015 foi caracterizada por um comportamento mais dinâmico quer da procura interna quer das exportações.



No que diz respeito às condições no mercado de trabalho, observou-se uma melhoria no primeiro semestre de 2015, com um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego, que se situou em 11,9 por cento no segundo trimestre (13,5 por cento no quarto trimestre de 2014).



No terceiro trimestre de 2015, de acordo com a estimativa rápida divulgada pelo INE, a atividade económica estabilizou face ao trimestre anterior. Em termos homólogos, o PIB apresentou uma ligeira desaceleração no terceiro trimestre, registando um crescimento de 1,4 por cento. A taxa de desemprego estabilizou face ao trimestre anterior, num quadro de relativa estagnação do emprego.

A evolução de alguns fatores determinantes do consumo privado, nomeadamente a melhoria da situação no mercado de trabalho, a queda dos preços dos combustíveis e a diminuição das taxas de juro terão contribuído favoravelmente para a evolução recente das expectativas dos consumidores e do consumo privado.

Principais Resultados

Apesar do contexto ainda pouco favorável, dos condicionalismos legislativos e económicos, como é o caso da participação mutualista no Fundo de Apoio Municipal, dos cortes sucessivos nas transferências directas do Estado, a redução de receitas próprias, bem como a transição entre os quadros comunitários de apoio, o Município do Penafiel apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Em termos sintéticos destacam-se:

- Uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, de 64,5%;
- As receitas fiscais diminuíram 3%, as receitas associadas à atividade municipal aumentaram 9% face ao ano económico de 2014;
- A receita de capital, inferior em 30% relativamente a 2014, pela falta de financiamento por via dos fundos comunitários devido às restrições e indefinições do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020;
- A redução de 2% das despesas corrente totais, com destaque para as despesas com pessoal, reduzidas em cerca de 5%, dos encargos com a dívida, diminuição de 25%, e das transferências correntes, na ordem dos 30%, face ao ano económico de 2014;
- A redução da dívida de médio e longo prazo, em cerca de 10% face ao ano económico de 2014;
- Na ótica patrimonial destacam-se o resultado líquido do exercício, de cerca 1 milhão de euros, e os resultados operacionais e financeiros positivos;
- O Activo Líquido da CMP, a 31 de Dezembro de 2015, atingiu os 231,6 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), o que representa um aumento de cerca de 3,5 milhões de euros, face ao exercício de 2014;
- A manutenção de capacidade de endividamento face à lei em vigor.

II – ATIVIDADES

Nota Prévia

Em 2015, as prioridades do Município do Penafiel mantiveram-se fiéis às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, refletindo ainda opções e compromissos legitimamente assumidos em anos transatos que não podiam deixar de ser honrados.

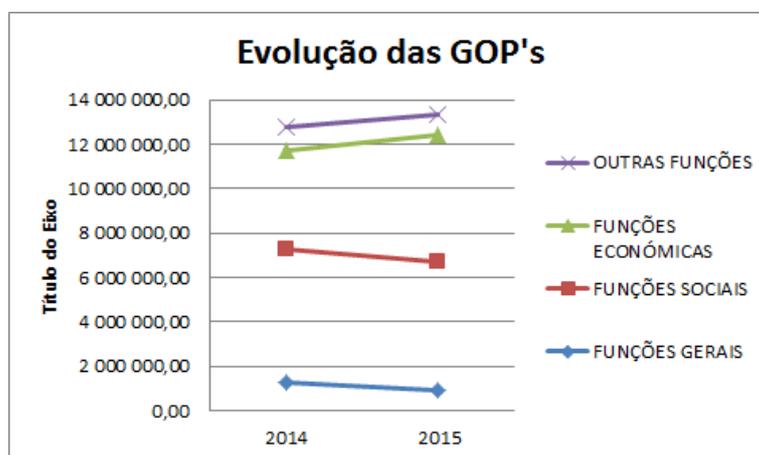
Despesas por objetivos

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano de Atividades Municipais (PAM).

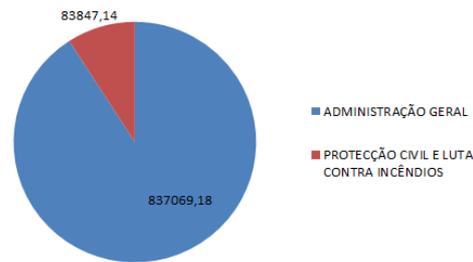
Grandes Opções do Plano 2015	Dotação	Montante executado	% Execução
FUNÇÕES GERAIS	2 434 007,88	920 916,32	37,84
FUNÇÕES SOCIAIS	10 480 360,76	5 752 554,00	54,89
FUNÇÕES ECONÓMICAS	11 384 441,57	5 714 046,88	50,19
OUTRAS FUNÇÕES	940 102,41	937 152,84	99,69
Total	25 238 912,62	13 324 670,04	52,79

No PPI são discriminados os projectos e ações que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, o que não restringe à consideração das despesas classificadas como aquisição de bens de investimento. De notar que o POCAL determina a identificação das diferentes formas de realização dos projectos e ações a incluir no PPI.

O PAM é um documento auxiliar à gestão, enquadrado num formato idêntico ao do PPI, onde a autarquia inscreve as ações ou projectos que se relevem de interesse e possam ser destacados, apesar de implicarem despesas diferentes das de investimento.



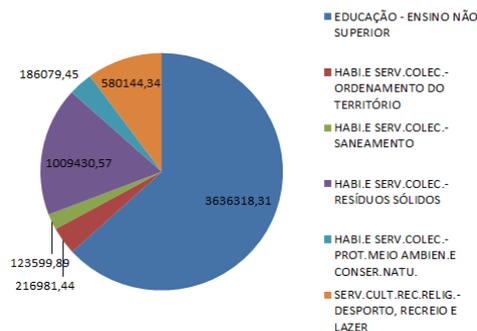
Funções Gerais



Destaques

- O Município de Penafiel entregou nas 3 corporações de Bombeiros do Concelho (Entre-os-Rios, Paço de Sousa e Penafiel) novos equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais, num investimento do Município de cerca de 12.500 euros correspondente a cerca de 25% do valor total de 52.000 euros, valor que contou ainda com a comparticipação de fundos comunitários e da Autoridade Nacional da Protecção Civil. Este material surgiu de um protocolo de colaboração entre a CIM-TS (Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa) e a Câmara Municipal de Penafiel no âmbito de uma candidatura do Programa Operacional da Região Norte do Qren, com o objetivo de servir os bombeiros com equipamentos de proteção individual. Ao todo foram entregues 495 novos equipamentos para melhorar o combate a incêndios em espaços naturais;
- Investimento de cerca de 450.000€ na reparação, adaptação de prédios e imóveis com interesse municipal.

Funções Sociais



Destaques

- Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e 14 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS'S). Este protocolo de colaboração, um projeto de acesso às candidaturas de apoio social, vai possibilitar uma descentralização territorial do serviço público de apoio social, no âmbito do Plano Municipal Solidário (PMS), com o objectivo de ajudar todos os cidadãos penafidelenses mais carenciados que residam em freguesias distantes da sede do Município, através do apoio ao arrendamento, o Banco Municipal de bens e ajudas, a comparticipação em

medicação para a saúde mental, comparticipação em medicação para crianças e jovens, idosos e reformados, o fundo de emergência social de apoio ao corte de energia, o serviço de pequenas reparações domésticas e voluntariado de proximidade;

- Concluído o ciclo de inaugurações dos quatro novos Centros Escolares no Concelho. Os novos Centros Escolares situam-se nas freguesias de Boelhe, Termas de São Vicente, Irivo e Duas Igrejas. Os novos Centros Escolares apresentam condições de excelência para as crianças, desde as salas de aula, as áreas exteriores, os parques de jogos e os espaços de lazer;
- O Município de Penafiel deu continuidade ao programa “Fruta Escolar” para o ano letivo 2015/2016. Esta iniciativa abrange mais de 4500 alunos do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, sendo financiado no âmbito do programa europeu de distribuição de frutas nas escolas. Entendeu-se estender o programa às crianças dos jardins-de-infância da rede pública, assumindo o Município a totalidade dos encargos;
- A Câmara Municipal de Penafiel atribuiu os prémios do Concurso de Ideias Penafidense Empreendedor aos alunos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, do Concelho de Penafiel, relativos ao projeto “Impulso Empreendedor”;
- Ensino Superior com sede no nosso Concelho. Inauguração do ISCE Douro, instituição de ensino superior inserida no sub-sistema politécnico, que apresenta uma oferta formativa nas áreas das Artes, Desporto, Educação, Multimédia e Turismo, pensada para a região do Tâmega e Sousa e para as suas necessidades. Esta é uma aposta clara do Município na capacidade de evolução e crescimento das instituições de Ensino Superior nesta região;
- Obras de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Figueira, do Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa. As obras de requalificação incidiram em todo o edifício, mais concretamente na demolição e construção de tetos, coberturas, paredes e pisos, nas duas salas de aula, na sala para docentes, no hall de entrada, na área de circulação e nas instalações sanitárias. As duas salas de aula do 1.º ciclo do ensino básico, com capacidade para 52 alunos, permitirão o funcionamento da escola em regime normal, facilitando deste modo a implementação das atividades de enriquecimento curricular;
- Obras de beneficiação e de reabilitação na Escola EB1 de Oldrões e na Escola Primária de Santa Marta. Na Escola Básica de Oldrões, foi executada uma ampliação, para incorporar um espaço destinado a instalações sanitárias de alunos, professores e pessoas de mobilidade reduzida. Ao nível dos arranjos exteriores, toda a área de recreio foi repavimentada, sendo também executado um parque infantil. As obras na Escola Básica de Santa Marta consistiram na reabilitação e melhoria das condições gerais das instalações. Foi executada uma ampliação para

incorporar um espaço para serviço de refeições, cantina, complementando assim o salão polivalente, na perspetiva de criar um volume único, evitando assim que os alunos tenham que transitar pelo exterior. Foi também construído um campo de jogos, no sentido de proporcionar um espaço adequado às atividades escolares;

- Obras de requalificação e alargamento da escola EB1 de Covilhô, na freguesia de Novelas;
- No âmbito do Plano Municipal para a Prevenção de Resíduos, apresentado pelo Município de Penafiel, o Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Penafiel dinamizou as iniciativas «Onde pára o nosso Lixo?» e ações de sensibilização sobre o tema “Compostagem Coletiva”, na Associação Pais e Amigos Deficientes Mentais de Penafiel – APADIMP, com o apoio da AmbiSousa. A iniciativa «Onde pára o nosso Lixo?» proporcionou a todos os interessados a visita ao Ecocentro, Estação de Triagem, Aterro Sanitário e Central de Valorização Energética com o objetivo de mostrar e explicar todo o circuito que o lixo percorre até ao seu destino final.
- A Câmara Municipal de Penafiel e a empresa municipal Penafiel Verde distribuíram 4.500 kits “Penafiel Verde” aos alunos do Concelho de Penafiel. O Kit “Penafiel Verde” contém uma garrafa para os alunos beberem água nas suas atividades físicas, entre outras atividades. Ainda neste kit, os alunos terão à disposição vários catálogos com informação relativa ao ciclo da água, assim como as vantagens de beber água da Penafiel Verde;
- O Município de Penafiel reforçou a sua aposta na prevenção rodoviária com a assinatura de um protocolo com a empresa “Eurosistra Portugal”, empresa especializada na limpeza e restabelecimento das condições de segurança na estrada após acidentes de viação. Os resíduos recolhidos são posteriormente tratados/eliminados nos termos da legislação em vigor, sendo estes objeto de rastreio e comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente do Ministério do Ambiente, nomeadamente através do preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILLamb);
- No âmbito de uma parceria com o Município de Penafiel, que apoiou o estudo e equipou 16 salas de aula em 4 centros escolares distintos, dois professores do agrupamento de escolas Joaquim Araújo em Penafiel desenvolveram uma linha de mobiliário escolar que resulta de um projeto científico de investigação sobre a postura corporal. Esta nova linha de mobiliário evolutivo permite acompanhar e respeitar as fases de crescimento de cada criança para ser utilizada no primeiro ciclo ou seja para crianças entre os 6 e os 9/10 anos. A cadeira está preparada para fazer um ajustamento simultâneo em três pontos (altura do assento, profundidade do assento e altura do encosto), fundamentais ao conforto e suporte anatómico do aluno sendo a mesa igualmente ajustável (em altura e inclinação do tampo);

- Dois novos parques infantis em Canelas. Os parques, situados na Rua Nossa Senhora de Fátima e na Avenida da Bela Vista, têm ao dispor da comunidade infantil vários equipamentos, desde escorregas, baloiços, rampas, e escadaria de tubos. O parque está equipado com pavimento sintético amortecedor;
- Novo parque de lazer na Vila de Abragão, situado na margem direita do rio Tâmega, junto à albufeira da barragem do Torrão. O projeto desta obra, foi pensado e realizado, tendo por base a sua localização, que apresenta um forte cunho rural. O parque está equipado com instalações sanitárias vocacionadas para a utilização pública e autónoma. O acesso a estas instalações, faz-se paralelamente à linha do rio, através de um passadiço de madeira. O projeto de arquitetura procurou ter em conta uma correta integração no contexto natural do espaço. A Vila de Abragão viu ainda ser requalificada a rua do Pereiro;
- Nova rampa de acesso na Unidade de Saúde de Abragão. As obras realizadas na Unidade de Saúde de Abragão, numa parceria entre o ACES e a Câmara Municipal de Penafiel, permitem salvaguardar questões relacionadas com os princípios de igualdade de direitos, oferecendo uma melhor acessibilidade, por parte dos utentes com ou sem mobilidade reduzida, à unidade de saúde do SNS de Abragão.
- Nova Casa Mortuária de Boelhe, situada nas imediações da Igreja de S. Gens. A intervenção conferiu uma maior dignidade ao espaço. Foi ainda inaugurada a pavimentação da Rua de Montinho a Parafita;
- Nova Casa Mortuária de Rio de Moinhos, situada junto à Igreja Matriz, resulta de uma construção moderna com um amplo espaço de receção, uma sala fúnebre, casas de banho e uma arrecadação;
- O Município de Penafiel e a Junta de Freguesia de Bustelo inauguraram a requalificação da zona envolvente e acesso à Capela do Nosso Senhor do Calvário e a Ponte Maria da Cunha Luís, num investimento da Câmara Municipal de Penafiel de cerca de 350 mil euros. A intervenção na Capela do Nosso Senhor do Calvário permitiu criar um acesso mais seguro e confortável à capela e que, simultaneamente, lhe conferiu uma maior dignidade;
- Na freguesia de Croca, a obra de ampliação do cemitério implicou a construção de uma habitação unifamiliar, situada no lugar de Acucanha, para libertação do terreno, o que já se concretizou;
- Apresentação do projeto das futuras instalações do Centro de Dia e ATL (Atividades de Tempos Livres), a promover pela Associação de Desenvolvimento da Freguesia de Guilhufe e Urrô. O Centro de Dia e ATL da Freguesia de Guilhufe e Urrô tem como objetivo servir de instalações para os serviços de apoio à terceira idade e à infância. Este espaço vai acolher 30 utentes no Centro de Dia e 40 crianças no serviço de ATL, bem como vai dispor de serviço de apoio ao domicílio (SAD). Entretanto foi lançada a primeira pedra da obra, que se irá iniciar no ano de 2016;

- Novos balneários do pavilhão desportivo da freguesia de Capela. Este projeto nasceu da necessidade de dotar o pavilhão desportivo de Capela de balneários, e de espaços de apoio indispensáveis para este equipamento, que se localiza na Alameda da Junta de Freguesia de Capela;
- O Moto Clube Vale do Sousa inaugurou a sua sede, a casa do motociclista, em Guilhufe-Urrô/Penafiel. A festa de abertura da nova sede contou com a presença de muitos motociclistas, vindos de vários pontos do país, que quiseram estar presentes na abertura das novas instalações. A inauguração destas novas instalações decorreu depois do protocolo estabelecido, entre o Município de Penafiel e o Moto Clube do Vale do Sousa, para a cedência do espaço das instalações do antigo jardim-de-Infância de Gandra, na Freguesia de Guilhufe e Urrô;
- Novo Parque de Lazer e Polidesportivo da Freguesia de Luzim e Vila Cova. Esta intervenção teve como objectivo o melhoramento de um espaço de utilização pública, no sentido de proporcionar infra-estruturas de lazer e desporto, um edifício destinado a balneários de apoio, equipado com 2 balneários e instalações sanitárias;
- Relvado sintético no Campo de Jogos de Rio de Moinhos, casa do Sport Clube de Rio de Moinhos, uma expectativa de muitos anos e que se concretizou agora, e que vai permitir melhor formação desportiva;
- O Município de Penafiel dinamizou a II edição da “Semana da Juventude”, que contou com o envolvimento de mais de 25 entidades e registou um forte envolvimento da comunidade escolar com a participação de mais de 1000 alunos. O evento contou com o envolvimento de mais de 25 entidades e proporcionou diversas atividades, música ao vivo, peddy paper, ações de sensibilização para o meio ambiente e proteção animal, visita ao exército, workshops temáticos, tertúlias, e sessões de cinema;
- Associação Desportiva de Cabroelo, com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel, realizou a primeira edição do “Penafiel City Race”, um evento nacional de Orientação Pedestre Urbano e que contou com a participação de cerca de 300 atletas. Os percursos combinaram a zona urbana e histórica da cidade. O evento teve ainda um percurso turístico para os que quiseram conhecer um pouco melhor a Cidade de Penafiel;
- A cidade de Penafiel acolheu a segunda e última prova do calendário desportivo do Campeonato Nacional de Trial 4x4 2015, com a participação de 26 equipas em pista. O clube Penatrilhos, com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel, preparou um percurso recheado de obstáculos duros e que contou com o calor e com a lama para elevar o grau de dificuldade;
- O Festival Literário ESCRITARIA transformou Penafiel durante 4 dias numa cidade onde se respirou e se sentiu a literatura um pouco por todo o lado. Arte de rua, exposições, conferências, teatro, música, cinema, lançamentos de livros e

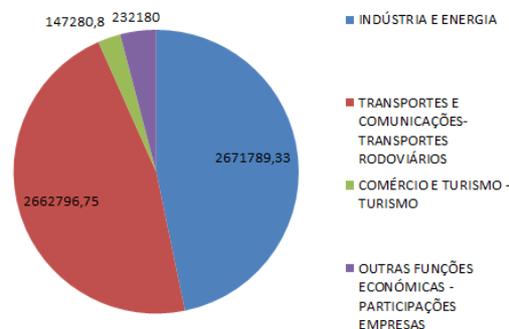
exposições contaminaram tudo e todos com a vida e a obra do romancista Mário Cláudio. Aquando da inauguração de arte pública, a Escritaria 2015 prestou homenagem a todos os escritores que passaram por Penafiel desde 2008 com uma largada de balões com as frases mais marcantes da vida e da obra de cada um deles;

- Inaugurado o Centro Interpretativo da Aldeia de Quintandona, na freguesia de Lagares e Figueira. O Centro Interpretativo da Aldeia de Quintandona tem como objectivo proporcionar o acolhimento e apoio aos potenciais visitantes bem como promover a divulgação deste lugar patrimonial. O Centro Interpretativo de Quintandona está ainda equipado com um edifício de apoio ao BTT;
- Nova Biblioteca de Rio Mau. Foi ainda anunciada a aquisição da Casa da Sobreira, importante e emblemático edifício da freguesia, num investimento do Município de Penafiel, que passará a ser património público municipal, e ainda a instalação do futuro “Espaço do Cidadão” em Rio Mau. A Câmara Municipal de Penafiel, desenvolveu ainda uma série de obras importantes para a comunidade como os casos da pavimentação da Rua da Vieira à Bandulha, a Pavimentação da Rua do Almeja, e a eletrificação da marginal de Rio Mau, que se encontra numa fase final;
- Nova Biblioteca da Freguesia de Sebolido, equipada com os 3 computadores, e com acesso à internet, tem agora à disposição da comunidade uma coleção de aproximadamente 100 livros, alguns jogos didácticos, uma enciclopédia e vários livros de literatura infantil;
- 4ª Edição do Evento Largo, com a presença de mais de 15000 visitantes. Organizado pelo “Movimento Largo”, com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel e mais de 50 entidades e negócios locais, o Evento Largo é uma feira de apresentação e comercialização de produtos, e vários acontecimentos artísticos, sendo já uma referência para o comércio local e regional;
- A Câmara Municipal de Penafiel e a APSA-Norte, inauguraram o novo Centro de Atividades Ocupacionais para autistas de Elevada Funcionalidade/Síndrome de Asperger, o primeiro no Norte do País. O Centro de Atividades Ocupacionais de Valpedre tem uma ocupação máxima de 20 utentes, jovens e adultos com idades superiores a 18 anos, os quais poderão usufruir de várias atividades;
- O Município de Penafiel associou-se ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em diversas atividades dinamizadas. No âmbito desta efeméride, apresentaram-se 3 novos equipamentos adaptados, para os alunos da unidade de apoio à multideficiência, no Centro Escolar de Rans;
- O ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Tâmega II – Vale Sousa Sul e a Câmara Municipal de Penafiel assinalaram o Dia Mundial da Diabetes, com a dinamização de várias atividades para cerca de 180 participantes, no Centro Escolar de Penafiel. Para além de uma aula de Zumba, foram preparadas e servidas vários

tipos de sopas, especialmente confeccionados tendo em conta os cuidados necessários para pessoas diabéticas, como foi explicado na sessão de esclarecimentos.

- O Município de Penafiel firmou, no Dia Mundial da Criança, um protocolo com a Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” para a adoção de cuidados básicos de saúde oral para os alunos do Concelho. Este protocolo vai criar um conjunto de medidas, gratuitas, para cuidados básicos de saúde oral aos alunos das escolas básicas do 1.º ciclo de ensino básico do Concelho de Penafiel;
- Assinatura do protocolo para a construção do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Paço de Sousa, protocolo firmado entre o Município de Penafiel e a GNR, com a presença da Ministra da Administração Interna, devidamente cabimentado e com visto do Tribunal de Contas;
- A Câmara Municipal de Penafiel entregou, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, os subsídios atribuídos às associações culturais, desportivas, recreativas e sociais do concelho, num valor total superior a 200 mil euros. A estes apoios somam-se os contratos programa de desenvolvimento desportivo e apoios extraordinários, que no total ultrapassam os 500 mil euros.

Funções Económicas



Destaques

- Penafiel continua a ser a melhor cidade da região do Tâmega e Sousa, com melhor qualidade de vida, maior capacidade de atrair turistas e de investimento. Penafiel está entre as marcas mais valiosas da região Norte, fixada no Top 15 Região Norte, mais concretamente na 15.ª da lista, subindo 1º lugar face a 2014, que se encontrava em 16º lugar. Penafiel está entre as melhores 50 cidades do país (49.ª), registando uma subida de 53º para 49º lugar, fixando-se assim no Top 50 das melhores cidades para viver, visitar e investir, em Portugal.
- A Câmara Municipal de Penafiel assinou, com vários investidores, contratos de concessão de apoio ao investimento que representam um investimento na ordem dos 10 milhões de euros. Assinados na presença do então Vice-Primeiro-Ministro, os

contratos preveem a criação de 150 novos postos de trabalho no Concelho de Penafiel;

- O “Programa Património Ativo” resulta de uma parceria financeira entre o IEFP e a Câmara Municipal de Penafiel e apresenta-se também como uma medida social de emprego e inserção profissional. O projeto consiste em assumir junto dos interessados, 70% das despesas com materiais de construção e ainda fornecer a mão-de-obra necessária. Com este projeto, os proprietários só pagam 30% dos materiais assumindo o Município o restante, bem como a mão-de-obra, permitindo recuperações estéticas e de requalificação gerais;
- O Secretário de Estado das Infraestruturas esteve em Penafiel para presidir à apresentação do projeto do IC35 e à assinatura do contrato da empreitada de requalificação da EN 15 (Penafiel – Paredes), numa cerimónia que contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, SA, António Ramalho e do Presidente da Câmara Municipal de Penafiel. Foi entretanto efectuada a abertura de propostas e espera-se que seja adjudicada a qualquer momento;
- O Município de Penafiel inaugurou a Loja do Turismo e do Cidadão das Termas de S. Vicente, equipamento enquadrado na estratégia do Município, em conjunto com a Agência para a Modernização Administrativa, para a descentralização dos serviços prestados pelas Lojas do Cidadão por todo o território penafidelense. No que diz respeito à Loja do Turismo, este serviço é coordenado pelo Pelouro do Turismo da Câmara Municipal de Penafiel e, para além dos habituais serviços de promoção e divulgação da região e de suporte aos turistas, a Loja do Turismo das Termas de São Vicente vai disponibilizar ainda produtos tradicionais da região;
- O Município de Penafiel assinou um protocolo de cooperação com a Croisieurope, companhia de cruzeiros fluviais, com o objectivo de expandir e promover o acolhimento de turistas em Penafiel. Numa primeira fase, a CroisiEurope vai promover e dinamizar a visita de grupos organizados de turistas à cidade de Penafiel, ao Museu Municipal de Penafiel e à Quinta da Aveleda.
- A procissão das Endoenças de Entre-os-Rios foi inscrita formalmente, em Diário da República, no dia 6 de agosto, no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, na sequência da proposta elaborada pelo Município de Penafiel. As Endoenças constituem um evento de turismo religioso ímpar, no qual milhares de tigelinhas iluminam as duas margens do rio Tâmega, a freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão (Marco de Canaveses), o lugar de Entre-os-Rios (Penafiel) e ainda o lugar de Boure na margem esquerda do rio Douro, pertencente ao Concelho de Castelo de Paiva, lugares que constituem antigo Couto de Entre-os-Rios.
- A 36ª Edição da Agrival recebeu, ao longo dos 10 dias, mais de 140 mil visitantes, gerando cerca de 9 milhões de euros de volume de negócios. A Agrival ofereceu e deu a conhecer o grande leque de variedades regionais e nacionais, sem esquecer

os diversos concursos relacionados com os produtos típicos da região e a 14.^a Mostra Nacional de Gastronomia. A edição 2015 contou com a visita do Primeiro-Ministro, da Ministra da Agricultura, 3 Secretários de Estado e ainda a visita do Vice-Ministro da Administração Estatal de Timor Leste;

- Município de Penafiel participou na BTL - Feira de Turismo de Lisboa 2015, que se localiza na FIL – Pavilhões 1, 2 e 3, Parque das Nações, em Lisboa. Todos os anos, a BTL – Feira de Turismo de Lisboa, tem como objetivo acolher expositores nacionais e internacionais que destacam o melhor de cada Município. O Município divulgou os produtos tradicionais da região, nomeadamente as tortas de S. Martinho, os bolinhos de amor, o pão-de-ló de Rio de Moinhos, o vinho verde e ainda, o presunto e a cebola, com a presença da Confraria do Presunto e da Cebola do Vale do Sousa;
- A Cidade de Penafiel voltou a cobrir-se de branco com a 4.^a edição da “Noite Branca”, numa organização conjunta da Câmara Municipal de Penafiel e da ADISCREP (Associação para o Desenvolvimento de Penafiel), em parceria com Associação Empresarial de Penafiel;
- Como tem sido habitual nos últimos anos, o Dia dos Avós voltou a ser assinalado de forma especial em Penafiel. Todos os avós do concelho de Penafiel foram convidados a participar num programa com diversas atividades que lhes são especialmente dedicadas, um evento que acolheu mais de 10 mil pessoas;
- O Município de Penafiel inaugurou, no Dia Mundial do Ambiente, um banco de jardim energeticamente auto-sustentável, situado no parque intergeracional da Quinta das Lages, com um conceito inovador de produção de energia no próprio local. Este mobiliário urbano, projeto produzido pela empresa penafidelense Sunpor - Energias de Portugal, construído em pedra acrílica e em forma de coração, representando o logótipo “Sentir Penafiel”, pretende juntar a vertente da utilização do banco de jardim com o conceito inovador da produção de energia no próprio local, permitindo a utilização de tomadas de energia para carregar o seu telemóvel, computador portátil, tablet, consola de jogos, entre outros equipamentos elétricos;
- Depois da repavimentação das vias que servem a zona industrial nº1, da requalificação da Rua do Picoto, troço que liga a EN 320 até à Zona Industrial nº2, a Câmara Municipal de Penafiel, no âmbito da sua aposta no apoio ao investimento e da promoção do emprego, através do Plano Municipal de Atração de Investimento, concluiu as obras de beneficiação e pavimentação da Rua José da Paz Brandão Rodrigues dos Santos (acesso à zona industrial nº2), na freguesia de Penafiel;
- Obras efectuadas na Rua do Castelhão, na freguesia de Cabeça Santa. O Centro Escolar da Freguesia, que está equipado também com uma nova cobertura de acesso ao equipamento, com o objectivo de oferecer mais qualidade às crianças do Centro Escolar de Cabeça Santa;

- Pavimentação da Rua das Agradas na Freguesia da Capela. Esta empreitada permitiu melhorar a circulação automóvel com a aplicação de cubos numa extensão aproximada de 400 metros.
- Na freguesia de Galegos, beneficiação e alargamento da Rua do Barreiro, a construção de passeios e pavimentação da Avenida do Carvalheiro, e as obras do alargamento e pavimentação da Rua do Perrelo;
- Obras de alargamento e pavimentação do caminho que liga a Rua Central de Cadeade à Rua de Sades, situada na zona de Cadeade e da nova Rua Dr. Fernando Maria Alberto de Seabra, na freguesia de Paço de Sousa;
- Inauguração das obras de requalificação da Ponte de Areias e da Avenida da Liberdade (E.M1.06-3). A beneficiação da Ponte de Areias, implantada no Rio Sousa e que liga os concelhos de Penafiel e Paredes pelas freguesias de Paço de Sousa e Cête, consistiu na substituição e alargamento da plataforma rodoviária da referida ponte. Procedeu-se ao alargamento dos passeios, colocação de guarda corpos e rails de proteção. Foram também beneficiados os passeios de acesso à ponte. A beneficiação e pavimentação da Avenida da Liberdade (E.M1.06-3) entre a Ponte de Areias e o entroncamento da E.M1.60-3 com Rua da Estrada Velha, permitiu a execução de sinalização horizontal, assim como a execução de coletor de águas pluviais entre a Rua da estrada Velha e o ribeiro de forma a reforçar o caudal do existente. Foram beneficiadas as passadeiras junto à rotunda, com alteração do material existente para cubos, de forma a criar uma melhor visibilidade, bem como uma tentativa de diminuição de velocidade dos veículos e assim garantir uma maior segurança para os peões;
- Obras de beneficiação e pavimentação da estrada C.M. 1293 que liga Marecos a Milhundos, na Freguesia de Penafiel. Esta empreitada teve como objetivo principal melhorar a circulação automóvel com a aplicação de camada de betuminosa numa extensão aproximada de 1500 metros, já que é uma estrada com bastante tráfego automóvel;
- Segunda fase das obras de requalificação da Rua Central de Chaves, em Novelas, que vai permitir dar prioridade à circulação pedonal, não descurando a circulação automóvel. Esta segunda fase está focada no redesenho da Rua Central de Chaves onde a prioridade é a criação de um percurso de conforto pedonal central;
- Obras de pavimentação e beneficiação da Rua do Barreiro, na Freguesia de Sebolido, que vão melhorar o acesso às habitações existentes nesta via. Na Associação Sebolido Activo, várias obras de acessibilidades para todos e de reestruturação na sua sede, cedida pela Câmara Municipal de Penafiel;
- Em S. Mamede de Recezinhos, obras de requalificação e beneficiação do pavimento da Rua de Lordelo. A Rua de Lordelo vai ainda beneficiar o acesso à futura zona industrial de Recezinhos, valorizando, assim, toda aquela zona da freguesia;

- Várias obras concluídas na freguesia de Valpedre. A pavimentação da Rua da Lameira, construção do muro de suporte da estrada municipal 590-1, na Rua João Pauloll. Alargamento, pavimentação e saneamento da Rua de Vilela, alargamento da Rua do Calvário e construção da conduta de águas pluviais, na Rua Dr. Aurelino Campos e restauro da Casa Paroquial;
- Obras de arranjo urbanístico na freguesia de Castelões, entre a EN 211-1 e o Quelho da Igreja. Ampliação do cemitério e abertura do Espaço do Cidadão;
- Pavimentação e beneficiação da Rua da Portela, na freguesia de Fonte Arcada, e construção de vaia de estacionamento em frente ao Centro Escolar;
- Arranjo urbanístico do cruzamento da Devesa e pavimentação e requalificação da Rua do Entroncamento, na freguesia de Peroselo;
- Obras de repavimentação na Avenida da Liberdade, que faz a ligação entre a freguesia de Duas Igrejas e a freguesia de Rans;
- Beneficiação e pavimentação da Rua de Novelhe, primeira fase, que liga Santiago a Paredes.
- Concluídas obras de beneficiação e pavimentação na Avenida de São Simão, na freguesia de Guilhufe e Urrô;
- Obras no centro da Vila de Rio de Moinhos com o arranjo urbanístico em Cans;
- O Município de Penafiel levou a cabo muitas outras obras não referidas que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Outras Funções



Destaques

- Transferências para Juntas de Freguesia no seguimento dos acordos de execução.

TRANSFERÊNCIAS PARA JUNTAS DE FREGUESIA	Valor Anual
Transferências Municipais para Juntas de Freguesia	922 152,84
Transferências do OE para Juntas de Freguesia	1,283,836.00

Mapa resumo da evolução das GOP

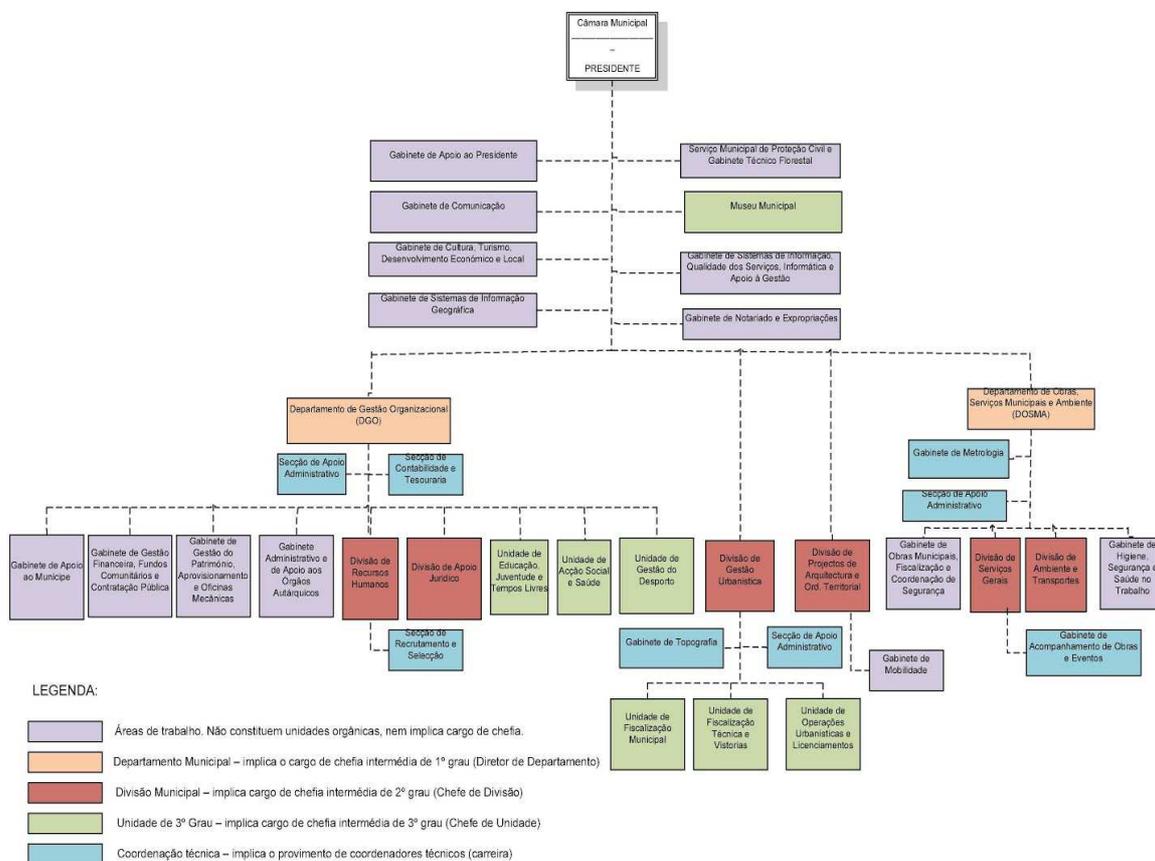
Objectivo/Programa	2014	2015	Variação
Funções Gerais	1 311 169,38	920 916,32	-29,76%
Funções Sociais	5 928 651,04	5 752 554,00	-2,97%
Funções Económicas	4 469 133,52	5 714 046,88	27,86%
Outras Funções	1 051 544,87	937 152,84	-10,88%
TOTAL	12 762 512,81	13 324 670,04	4,40%

No ano económico de 2015 registou-se um esforço na redução de investimento nas funções gerais do município, nomeadamente ao nível das instalações de serviços e edifícios municipais, com uma diminuição na ordem dos 30%.

Por outro lado, verifica-se uma manutenção do nível de investimento nas funções sociais do Município de Penafiel, e um enorme reforço de investimento na ótica das funções económicas, que registaram uma subida de 27,86%.

III - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Estrutura Organizativa



Recursos Humanos

Alinhada com a metodologia e estratégias seguidas nos anos anteriores, ao longo do ano de 2015, a Câmara Municipal de Penafiel prosseguiu, no que concerne às matérias relacionadas com a gestão de Recursos Humanos, uma política gestionária balizada pelos princípios de equilíbrio e da racionalidade, observando como uma das principais linhas da sua actuação, as condicionantes relacionadas com a situação económica geral do país, bem como a produção de matéria legislativa que se veio revelar fortemente restritiva no tocante a novas admissões e progressões na Administração Pública, de que são principais exemplos as normas vertidas na Lei de Orçamento de Estado para 2015, publicado através da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, impostas pela execução, designadamente, dos artºs 47º e 64º, entre várias outras.

No tocante às movimentações do Mapa de Pessoal da autarquia verificou-se a abertura de procedimento concursal para a admissão de:

- Contrato a termo resolutivo, a tempo parcial: 85 Professores para o exercício de Actividade de Enriquecimento Curricular (AEC's), sendo 28 para leccionar Inglês, 29 para leccionar a Actividade Física e Desportiva e 28 para o Ensino da Música e/ou expressão Musical, com horários de 06 horas, com vista ao ano lectivo de 2014/2015.

Relativamente ao movimento de entradas, verificou-se o seguinte durante o ano de 2015:

- 96 Professores para o exercício de Actividade de Enriquecimento Curricular (AEC), sendo 90 a termo certo e 6 a termo incerto;
- 2 Regressos de Licença sem Remuneração;
- 1 Entrada por Mobilidade interna inter-serviços;
- 1 Consolidação de Mobilidade interna inter-serviços;

No tocante a saídas de efectivos, registaram-se em 2015 as saídas de um total de:

- 115 trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal:
- 97 por caducidade do contrato;
- 5 rescisões CTI por mútuo acordo;
- 7 por aposentação;
- 2 por óbito;
- 2 Mobilidade interna inter-serviços;
- 1 Cedência de interesse Público;

Verificaram-se, ainda, as seguintes movimentações relativas a licenças sem remuneração, previstas no artº 280ª da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho.

- 4 situações de pedido de licença por 11 meses;

Em 16 de Outubro de 2015, foi designado Comandante Operacional Municipal, nos termos da Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro, o Técnico Superior (Engº Florestal), pertencente ao Mapa de Pessoal do Município, tendo sido constituída uma comissão de serviço por três anos, em cargo dirigente equivalente a Chefe de Unidade de 3º grau.

Em 2015, nos meses de Fevereiro (duas saídas), Março (duas saídas) e Maio (uma saída) cessaram o vínculo por tempo indeterminado um total de cinco trabalhadores, no âmbito da Portaria 209/2014, de 13 de Outubro, sobre cujos requerimentos recaiu decisão favorável, pelo que os processos culminaram na rescisão por mútuo acordo.

Para finalizar e em matéria de formação profissional, como meio e garantia de reforço das competências de trabalho dos trabalhadores ao serviço do município, no ano de 2015 estiveram envolvidos um total 80 funcionários da autarquia, num universo de 53 acções de formação, a que correspondem 1078 horas de formação.

IV – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE PATRIMONIAL

Balanco Sintético

A organização patrimonial e a evolução entre exercícios são sumariamente descritas no Balanço Sintético, por analogia dos elementos patrimoniais e com respeito pela especialização dos exercícios.

O Balanço caracteriza a situação patrimonial da Autarquia e compreende distintos agregados patrimoniais: o Activo, o Passivo e os Fundos Próprios.

No Activo são reconhecidos os bens e direitos do Município, abrangendo os acréscimos de proveitos e custos diferidos.

No Passivo são identificadas as obrigações e responsabilidades perante terceiros, incluindo os acréscimos de custos e proveitos diferidos.

Os Fundos Próprios representam o Património da Autarquia e abarcam o Património inicial, à data da elaboração do primeiro Balanço, acrescentado do Património adquirido através da actividade posterior, i.e., pelos Resultados Líquidos gerados.

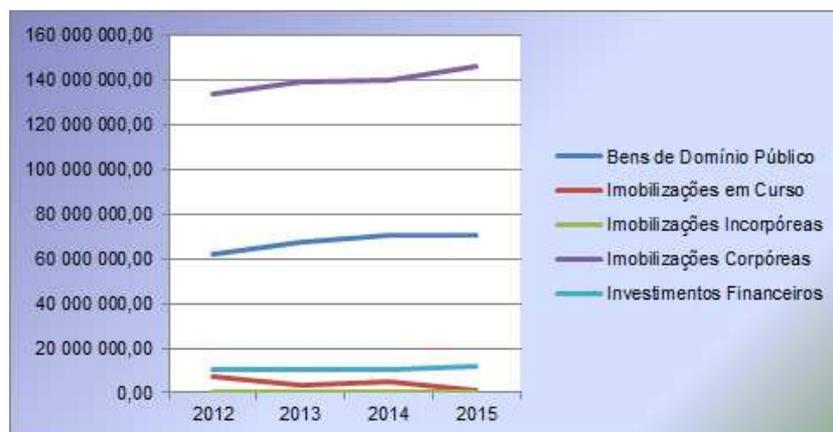
Estrutura dos activos

O Activo Líquido da CMP, a 31 de Dezembro de 2015, atingiu os 231,6 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), o que representa um aumento de cerca de 3,5 milhões de euros, face ao exercício de 2014.

Em seguida far-se-á uma síntese da estrutura dos activos municipais e sua variação face a outros anos.

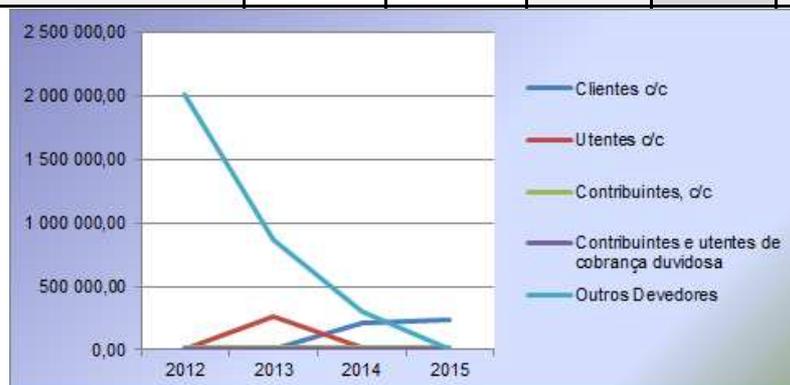
Imobilizado

Imobilizado	2012	2013	2014	2015	Variação homóloga	
					Valor	%
Bens de Domínio Público	62 497 372,86	67 558 878,81	70 862 308,67	70 982 747,31	120 438,64	0,17%
Imobilizações em Curso	7 247 022,39	3 261 969,15	4 716 927,05	850 301,75	-3 866 625,30	-81,97%
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00%
Imobilizações Corpóreas	133 572 896,30	139 675 240,48	139 895 522,61	146 242 638,42	6 347 115,81	4,54%
Investimentos Financeiros	10 357 331,22	10 414 191,71	10 571 053,21	12 144 515,79	1 573 462,58	14,88%
TOTAL	213 674 622,77	220 910 280,15	226 075 811,54	230 250 203,27	4 174 391,73	1,85%



Dívida de Terceiros

Dívidas de Terceiros	2012	2013	2014	2015	Variação	
					Valor	%
Clientes c/c	1 785,82	6 262,32	216 223,50	234 717,22	18 493,72	8,55%
Utentes c/c	9 631,91	268 689,52	20 175,19	22 113,94	1 938,75	9,61%
Contribuintes, c/c	14 044,77	17 003,55	17 412,73	17 524,88	112,15	0,64%
Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5 362,75	5 362,75	0,00	0,00	0,00	
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Devedores	2 008 128,54	869 818,14	302 560,79	37,64	-302 523,15	-99,99%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	2 038 953,79	1 167 136,28	556 372,21	274 393,68	-281 978,53	-50,68%

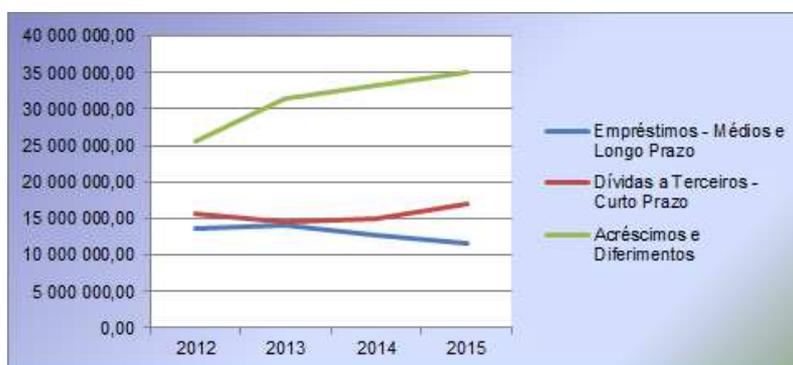


Outras Contas do Activo

Face a 2014, as Disponibilidades diminuíram cerca de 390 mil euros, fixando-se em 1.105.333,27 euros. Do total, 637.029,35 euros são referentes a Operações de Tesouraria.

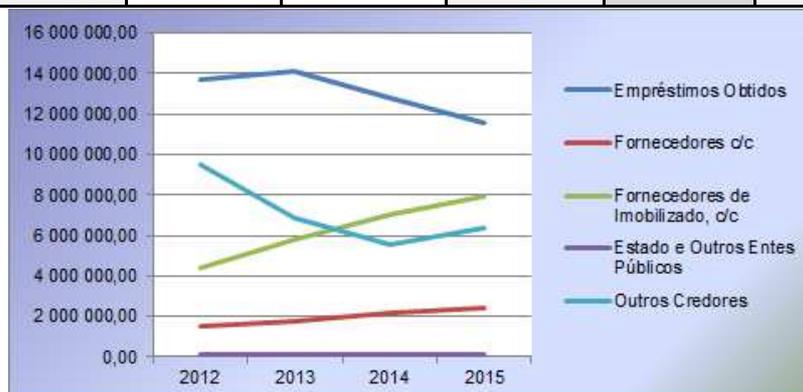
Estrutura do Passivo

Passivo	2012	2013	2014	2015	Variação	
					Valor	%
Empréstimos - M/Longo Prazo	13 687 280,00	14 122 990,94	12 800 838,26	11 552 711,75	-1 248 126,51	-9,75%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	15 576 469,68	14 642 429,84	14 977 012,77	16 921 881,61	1 944 868,84	12,99%
Acréscimos e Diferimentos	25 678 411,76	31 449 180,33	33 279 768,38	35 090 547,80	1 810 779,42	5,44%
Total	54 942 161,44	60 214 601,11	61 057 619,41	63 565 141,16	2 507 521,75	4,11%



Evolução da situação das contas de terceiros

Dívidas a Terceiros	2012	2013	2014	2015	Variação	
					Valor	%
Dívidas a terceiros - MLP	13 687 280,00	14 122 990,94	12 800 838,26	11 552 711,75	-1 248 126,51	-9,75%
Fornecedores c/c	1 558 048,16	1 772 587,53	2 216 707,12	2 458 043,81	241 336,69	10,89%
Fornecedores de Imobilizado	4 388 737,39	5 822 216,29	7 070 741,17	7 941 733,11	870 991,94	12,32%
Estado e Outros Entes Públicos	145 367,58	146 354,04	150 907,40	133 775,48	-17 131,92	-11,35%
Outros Credores	9 477 722,23	6 894 677,66	5 532 062,76	6 381 734,89	849 672,13	15,36%
Dívidas a terceiros - CP	15 576 469,68	14 642 429,84	14 977 012,77	16 921 881,61	1 944 868,84	12,99%
Total	29 263 749,68	28 765 420,78	27 777 851,03	28 474 593,36	696 742,33	2,51%



Demonstração de resultados por natureza

A Demonstração de Resultados por natureza possibilita uma análise da actividade da Câmara Municipal de Penafiel, numa óptica de custos e proveitos relativamente ao período em análise, evidenciando-os de modo a facultar uma avaliação do valor e da forma como foi originado o resultado do exercício económico. A óptica de custos e proveitos por natureza possibilita a apresentação sistematizada daqueles valores em Resultados Operacionais, Financeiros e Extraordinários.

Resultados Operacionais

Os Fornecimentos e Serviços Externos agruparam-se de acordo com a sua natureza, mas tentando separar os relacionados com as “funções Cidade/Concelho” (custos não da estrutura interna mas da actividade virada para fora) dos relacionados com o funcionamento interno. Nos casos em que não se conseguiu fazer essa distinção, foram considerados como de estrutura, o que tem como consequência a sobrevalorização dos mesmos. Os Outros Custos Operacionais agregam as amortizações e provisões do exercício, os custos da conta 65 “Outros Custos e Perdas Operacionais”, nomeadamente impostos e taxas e ainda o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Resultados Operacionais	2012	2013	2014	2015	Variação	
					Valor	%
Custo merc. vend. e mat. consum.	388 685,47	673 584,41	806 939,75	956 946,22	150 006,47	18,59%
Fornecimentos e serviços externos	7 484 600,22	7 739 925,87	8 706 111,78	8 891 752,95	185 641,17	2,13%
Remunerações	8 595 958,37	8 417 661,41	9 193 975,00	8 710 396,81	-483 578,19	-5,26%
Encargos sociais	1 790 547,51	2 014 133,81	2 226 874,41	2 265 887,23	39 012,82	1,75%
Transf.,subs. corr. conc., prest. soc.	2 358 016,51	2 516 630,82	2 036 923,10	2 131 648,59	94 725,49	4,65%
Amortizações do exercício	5 091 461,35	5 596 564,15	5 713 740,81	5 855 383,36	141 642,55	2,48%
Provisões	21 939,96	0,00	0,00	0,00		
Outros custos e perdas operacionais	13 308,35	9 609,61	14 644,31	31 821,12	17 176,81	117,29%
Total dos Custos	25 744 517,74	26 968 110,08	28 699 209,16	28 843 836,28	144 627,12	0,50%
Vendas de mercadorias	351,53	62,50	23 786,25	6 059,79	-17 726,46	-74,52%
Vendas de produtos	0,00	0,00	-5 362,75	0,00	5 362,75	-100,00%
Prestações de serviços	1 781 917,63	1 820 560,66	2 472 047,19	2 807 546,95	335 499,76	13,57%
Impostos e taxas	8 761 027,87	8 423 395,74	8 840 201,17	8 711 579,03	-128 622,14	-1,45%
Proveitos suplementares	20 540,34	0,00	0,00	0,00		
Transferências e subsídios obtidos	18 015 968,98	17 976 717,04	18 741 313,26	17 950 768,09	-790 545,17	-4,22%
Total dos Proveitos	28 579 806,35	28 220 735,94	30 071 985,12	29 475 953,86	-596 031,26	-1,98%
Resultados Operacionais	2 835 288,61	1 252 625,86	1 372 775,96	632 117,58	-740 658,38	-53,95%

Resultados Financeiros

Nos Encargos Financeiros incluem-se todos os juros e custos de carácter financeiro suportados (excluindo as amortizações uma vez que estas não correspondem a custos numa óptica patrimonial, mas a variações nas massas patrimoniais do activo e do passivo), sejam de dívida bancária sejam de dívida comercial (juros de mora e juros relativos aos planos de pagamento de dívida municipal).

Resultados Financeiros	2012	2013	2014	2015	Variação	
					Valor	%
Juros suportados	447 431,93	326 804,95	267 001,58	200 175,65	-66 825,93	-25,03%
Amortização de Investimentos em Imóveis	0,00	51 804,51	51 804,50	62 686,18	10 881,68	21,01%
Outros Custos e Perdas Financeiras	0,00	0,00	3 218,74	93 245,51	90 026,77	2796,96%
Total Custos e Perdas	447 431,93	378 609,46	322 024,82	356 107,34	34 082,52	10,58%
Juros obtidos	11 064,84	1 093,13	13 296,20	11 420,13	-1 876,07	-14,11%
Rendimentos de Imóveis	1 456 659,17	1 205 893,64	1 275 155,19	1 262 639,26	-12 515,93	-0,98%
Total Proveitos e Ganhos	1 467 724,01	1 206 986,77	1 288 451,39	1 274 059,39	-14 392,00	-1,12%
Resultados Financeiros	1 020 292,08	828 377,31	966 426,57	917 952,05	-48 474,52	-5,02%

Resultados Extraordinários

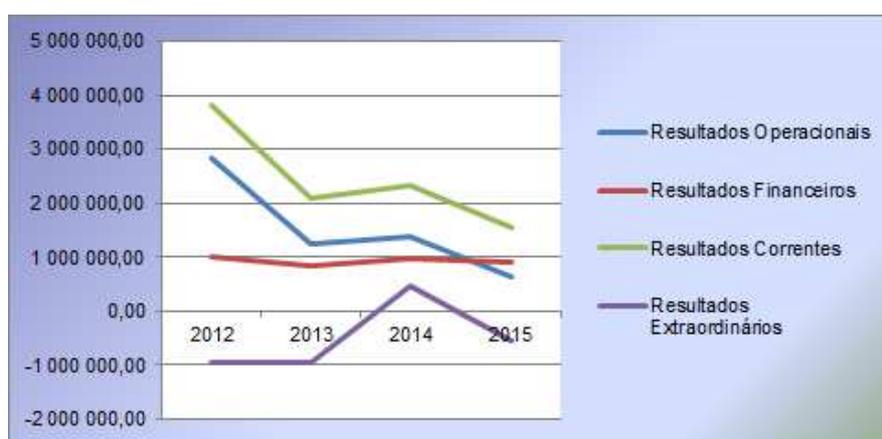
As Transferências e subsídios foram considerados individualmente enquanto um dos segmentos destes custos.

Resultados Extraordinários	2012	2013	2014	2015	Variação	
					Valor	%
Transferências capital concedidas	1 249 519,32	1 450 595,24	1 051 544,87	937 152,84	-114 392,03	-10,88%
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	12 920,89	0,00	-12 920,89	-100,00%
Multas e penalidades	17 524,58	-2 101,81	2 318,47	550,00	-1 768,47	-76,28%
Correcções relativas ex. anteriores	0,00	-39 041,35	43 600,95	653 366,68	609 765,73	1398,51%
Out. cust/perdas extraordinários	7 537,70	17 023,09	7 487,44	4 810,82	-2 676,62	-35,75%
Total Custos e Perdas	1 274 581,60	1 426 475,17	1 117 872,62	1 595 880,34	478 007,72	42,76%
Ganhos em imobilizações	49 952,52	8 500,00	616 637,92	0,00	-616 637,92	-100,00%
Benefícios penalidades contratuais	37 648,82	31 196,47	98 863,39	105 045,07	6 181,68	6,25%
Correcções relativas ex. anteriores	0,00	-449 730,57	2 460,00	0,00	-2 460,00	-100,00%
Outros prov/ganhos extraordinários	33 652,19	739 234,35	731 168,44	841 679,01	110 510,57	15,11%
Outros	190 829,94	153 337,85	139 404,96	98 365,76	-41 039,20	-29,44%
Total Proveitos e Ganhos	312 083,47	482 538,10	1 588 534,71	1 045 089,84	-543 444,87	-34,21%
Resultados Extraordinários	-962 498,13	-943 937,07	470 662,09	-550 790,50	-1 021 452,59	-217,02%

Resultados Líquidos do Exercício

Da conjugação dos proveitos gerados com os custos alcançados ao nível da actividade operacional, do exercício da função financeira ou de acontecimentos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, resultou um resultado positivo de 999.279,13 mil euros no ano económico de 2015.

Demonstração de Resultados	2012	2013	2014	2015	Variação	
					Valor	%
Resultados Operacionais	2 835 288,61	1 252 625,86	1 372 775,96	632 117,58	-740 658,38	-53,95%
Resultados Financeiros	1 020 292,08	828 377,31	966 426,57	917 952,05	-48 474,52	-5,02%
Resultados Correntes	3 803 776,18	2 081 003,17	2 339 202,53	1 550 069,63	-789 132,90	-33,74%
Resultados Extraordinários	-962 798,13	-943 528,10	470 662,09	-550 790,50	-1 021 452,59	-217,02%
Resultados Líquidos	3 363 363,43	1 137 066,10	2 809 864,62	999 279,13	-1 810 585,49	-64,44%



ANÁLISE ORÇAMENTAL

Destaques

No art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, prevê-se que “os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”. Sem prejuízo do disposto no número anterior, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”.

O saldo orçamental positivo dos recebimentos correntes, mostra que a execução orçamental corrente para além de produzir meios suficientes para financiar as despesas correntes, cobriu ainda uma parcela das despesas de capital.

Do valor das cobranças realizadas pela CMP para terceiros – operações de tesouraria – provenientes da divergência entre os valores de recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo no valor de 637.029,35 euros.

Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1 490 945,59	Despesas orçamentais		33 788 534,21
Execução orçamental	626 856,87		Correntes	22 083 871,10	
Operações de tesouraria	864 088,72		Capital	11 704 663,11	
Receitas orçamentais		33 629 981,26	Operações de tesouraria		2 229 713,84
Correntes	29 712 597,07		Saldo para a gerência seguinte		1 105 333,27
Capital	3 913 891,46		Execução orçamental	468 303,92	
Outras	3 492,73		Operações de tesouraria	637 029,35	
Operações tesouraria		2 002 654,47			
Total		37 123 581,32	Total		37 123 581,32

Evolução da Receita

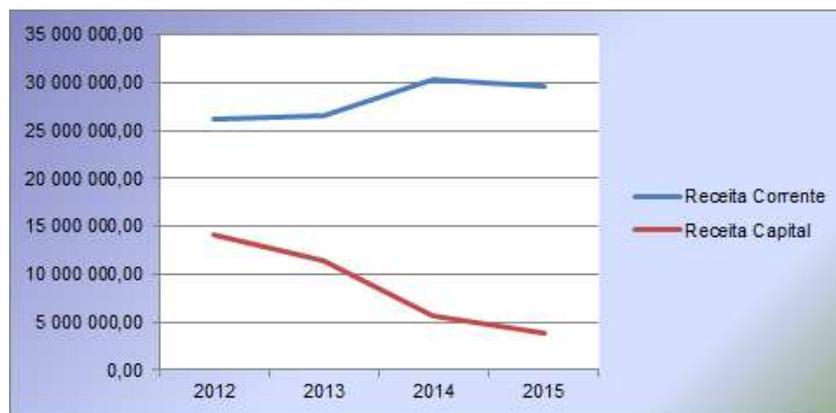
Destaques

No ano de 2015, a taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, foi de 64,5%.

A receita de capital, inferior em 30% relativamente a 2014, pela falta de financiamento por via dos fundos comunitários devido às restrições e indefinições do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020;

Receitas	2012	2013	2014	2015			Tx. Exec.	Tx. Cresc.
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Receita Corrente	26 114 445,00	26 565 934,49	30 287 555,93	43 217 317,00	29 745 876,47	29 713 597,07	68,75%	-1,90%
Receita Capital	14 189 522,54	11 487 611,68	5 583 933,62	9 242 695,62	3 913 891,46	3 913 891,46	42,35%	-29,91%
Total	40 303 967,54	38 053 546,17	35 871 489,55	52 460 012,62	33 659 767,93	33 627 488,53	64,10%	-6,26%

A receita global de 2015 inclui ainda as reposições não abatidas aos pagamentos e o saldo de gerência transitado do ano anterior, no valor de 626.856,87 euros.



	2012	2013	2014	2015			Tx. Exec.	Tx. Cresc.
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
Outras Receitas			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Rep N/ Abatidas Pag	12 916,66	32 778,15	75 665,84	5 000,00	2 669,86	3 492,73	69,85%	-95,38%
Saldo de Gerência	669 614,66	851 139,06	1 288 165,93	626 856,87	626 856,87	626 856,87	100,00%	-51,34%
Total Outras Receitas	682 531,32	883 917,21	1 363 831,77	631 856,87	629 526,73	630 349,60	99,76%	-53,78%

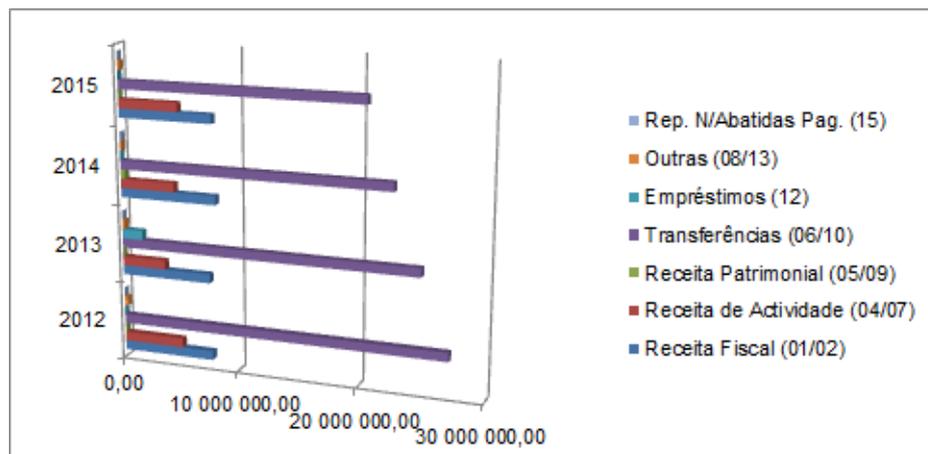
Receita Total

	2012	2013	2014	2015
Receita Total	40 986 498,86	38 937 463,38	37 235 321,32	34 256 838,13
Receita Corrente	26 114 445,00	26 565 934,49	30 287 555,93	29 712 597,07
Receita Capital	14 189 522,54	11 487 611,68	5 583 933,62	3 913 891,46
Outras Receitas	682 531,32	883 917,21	1 363 831,77	630 349,60

No que concerne à receita total do município, regista-se uma evolução negativa, sustentada nos condicionalismos legislativos e económicos, dos cortes sucessivos nas transferências directas do Estado, a redução de receitas próprias, bem como a transição entre os quadros comunitários de apoio.

Receita por grandes agregados

Receita por grandes agregados	2012	2013	2014	2015			Tx. Exec.	Tx. Cresc.
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Fiscal	7 740 918,53	7 562 374,77	8 150 102,53	10 845 000,00	7 921 574,47	7 908 332,70	72,92%	-2,97%
Actividade	5 101 736,91	3 678 412,79	4 624 181,87	11 379 500,00	5 051 263,14	5 030 663,15	44,21%	8,79%
Patrimonial	61 484,84	9 593,13	328 796,20	285 185,00	11 420,13	11 420,13	4,00%	-96,53%
Transferências	27 138 050,81	24 890 362,04	22 664 528,23	26 094 315,00	20 535 879,19	20 535 879,19	78,70%	-9,39%
Empréstimos	0,00	1 736 013,55	0,00	2 100 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Outras	261 776,45	176 789,89	103 880,72	1 646 012,62	139 631,00	140 193,36	8,52%	34,96%
Reposições	12 916,66	32 778,15	75 665,84	5 000,00	2 669,86	3 492,73	69,85%	-95,38%
Total	40 316 884,20	38 086 324,32	35 947 155,39	52 355 012,62	33 662 437,79	33 629 981,26	64,23%	-6,45%



Receita Fiscal

No presente ano económico, as receitas fiscais diminuíram 3% em relação ao exercício económico de 2014.

Receita Fiscal	2012	2013	2014	2015			Tx. Exec.	Tx. Cresc.
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Impostos Directos	7 675 444,39	7 504 013,20	8 108 080,70	10 650 000,00	7 876 663,87	7 876 663,87	73,96%	-2,85%
IMI	4 448 731,20	4 377 510,84	4 885 287,90	5 650 000,00	4 978 957,30	4 978 957,30	88,12%	1,92%
IMT	1 253 712,53	1 084 282,02	1 241 646,67	1 900 000,00	975 922,14	975 922,14	51,36%	-21,40%
Imp. Único Circulação	1 135 439,21	1 494 838,04	1 314 416,88	1 900 000,00	1 291 608,23	1 291 608,23	67,98%	-1,74%
Derrama	837 561,45	547 382,30	666 729,25	1 200 000,00	630 176,20	630 176,20	52,51%	-5,48%
Impostos Indirectos	65 474,14	58 361,57	42 021,83	195 000,00	44 910,60	31 668,83	16,24%	-24,64%
Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Loteamento e Obras	587,14	0,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Ocupação Via Pública	12 627,84	20 448,05	17 082,56	15 000,00	2 163,19	1 320,82	8,81%	-92,27%
Publicidade	40 970,22	26 372,25	14 421,54	75 000,00	27 354,97	14 955,57	19,94%	3,70%
Outros	11 288,94	11 541,27	10 517,73	45 000,00	15 392,44	15 392,44	34,21%	46,35%
Total	7 740 918,53	7 562 374,77	8 150 102,53	10 845 000,00	7 921 574,47	7 908 332,70	72,92%	-2,97%

Receita da atividade

As receitas associadas à atividade municipal aumentaram 9% face ao ano económico de 2014.

Receita associada à atividade	2012	2013	2014 (1)	2015			Ta. Exec. (4/2)	Taxa Cresc. (4/1)-1
				Dotação (2)	Liquidada (3)	Cobrada (4)		
Taxas, Multas e Outras Pen.	1 057 927,92	892 651,48	788 575,35	4 806 000,00	908 525,59	908 164,25	18,90%	15,17%
Mercados e Feiras	139 069,47	134 249,68	119 892,03	950 000,00	131 683,44	131 606,94	13,85%	9,77%
Loteamento e Obras	744 910,97	625 671,33	450 200,29	1 250 000,00	529 965,31	529 981,59	42,40%	17,72%
Ocupação da Via Pública	19,80	969,47	562,42	200 000,00	17 587,23	17 565,99	8,78%	3023,29%
Caça, uso e porte de arma	434,52	286,26	314,39	1 000,00	243,99	243,99	24,40%	-22,39%
Outros	135 849,34	100 278,27	121 601,74	1 955 000,00	125 596,46	125 466,58	6,42%	3,18%
Multas e Outras Penalidades	37 643,82	31 196,47	96 004,48	450 000,00	103 449,16	103 299,16	22,96%	7,60%
Venda de Bens e Serv. Corr.	4 043 808,99	2 785 761,31	3 835 606,52	6 573 500,00	4 142 737,55	4 122 498,90	62,71%	7,48%
Venda de Bens	351,53	62,50	26 656,90	25 000,00	7 443,69	7 443,69	29,77%	-72,08%
Serviços	2 445 904,40	1 433 661,98	2 390 210,09	3 348 500,00	2 567 023,81	2 548 522,59	76,11%	6,62%
Rendas	1 597 553,06	1 352 036,83	1 418 739,53	3 200 000,00	1 568 270,05	1 566 532,62	48,95%	10,42%
Total	5 101 736,91	3 678 412,79	4 624 181,87	11 379 500,00	5 051 263,14	5 030 663,15	44,21%	8,79%

Receita do património municipal

Neste grupo consideram-se a alienação de Bens de Investimento e os proveitos da gestão e administração do património municipal em que se inserem os rendimentos de propriedade e as rendas.

Receitas da alienação e administração do património Municipal	2012	2013	2014 (1)	2015			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
				Dotação (2)	Liquidada (3)	Cobrada (4)		
Rendimentos de Propriedade	11 064,84	1 093,13	13 296,20	60 000,00	11 420,13	11 420,13	19,03%	-14,11%
Venda de Bens de Investimento	50 420,00	8 500,00	315 500,00	225 185,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	110 000,00	0,00	0,00	---	---
Total	61 484,84	9 593,13	328 796,20	395 185,00	11 420,13	11 420,13	2,89%	-96,53%

Receita de transferências

As transferências recebidas em 2015, correntes e de capital, subdividem-se em transferências obrigatórias do Orçamento de Estado e transferências provenientes de fundos comunitários, da administração central e outras.

Transf. Correntes e de Capital	2012	2013	2014 (1)	2015			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
				(2)	(3)	(4)		
Transf. Obrigatórias	14 644 059,00	14 518 127,00	14 403 226,88	15 391 922,02	15 391 922,02	15 391 922,02	100,00%	6,86%
Fundos Comunitários	8 268 827,55	6 072 849,77	3 093 934,73	3 625 000,00	2 713 786,46	2 713 786,46	74,86%	-12,29%
Adm. Central	3 150 289,27	3 028 446,91	4 158 880,73	3 950 000,00	2 430 170,71	2 430 170,71	61,52%	-41,57%
Outras	1 074 874,99	1 270 938,36	1 008 485,89	1 750 000,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Total	27 138 050,81	24 890 362,04	22 664 528,23	24 716 922,02	20 535 879,19	20 535 879,19	83,08%	-9,39%

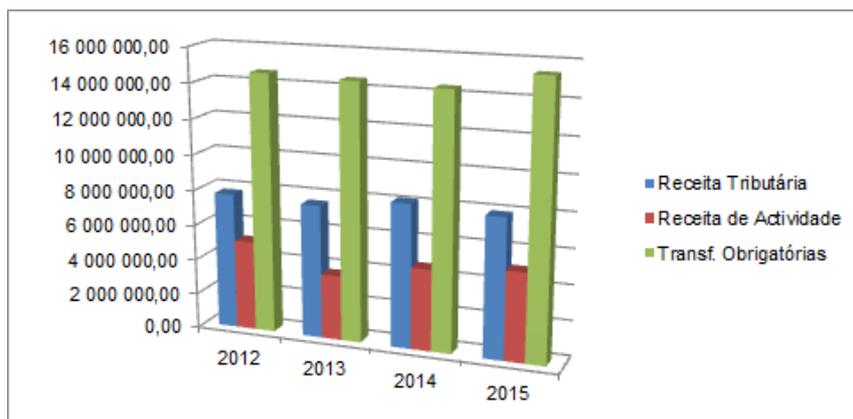
Receita Estrutural

As receitas estruturais procedem dos recursos regulares e estáveis que o Município é capaz de gerar nos diferentes anos económicos.

A receita estrutural, a 31 de Dezembro de 2015, totalizou 28,33 milhões de euros, uma subida de 4,24% em relação ao ano anterior, apresentando uma execução total de 79,9% em relação à dotação definida.

Receita Estrutural	2012	2013	2014 (1)	2015			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
				(2)	(3)	(4)		
Receita Tributária	7 740 918,53	7 562 374,77	8 150 102,53	10 845 000,00	7 921 574,47	7 908 332,70	72,92%	-2,97%
Receita de Actividade	5 101 736,91	3 678 412,79	4 624 181,87	11 379 500,00	5 051 263,14	5 030 663,15	44,21%	8,79%
Transf. Obrigatórias	14 644 059,00	14 518 127,00	14 403 226,88	15 391 922,02	15 391 922,02	15 391 922,02	100,00%	6,86%
TOTAL	27 486 714,44	25 758 914,56	27 177 511,28	37 616 422,02	28 364 759,63	28 330 917,87	75,32%	4,24%

Em resumo, destaque para a taxa de execução do orçamento da receita, fixada nos 64,5%. Ao nível da cobrança, registou-se uma diminuição de receitas fiscais, na ordem dos 3%, em contraste com o aumento de 9% nas receitas associadas à atividade municipal, face ao ano económico de 2014. A receita de capital, inferior em 30% relativamente a 2014, justifica-se pelos condicionalismos legislativos e económicos, pelos cortes sucessivos nas transferências directas do Estado, bem como a transição entre os quadros comunitários de apoio.

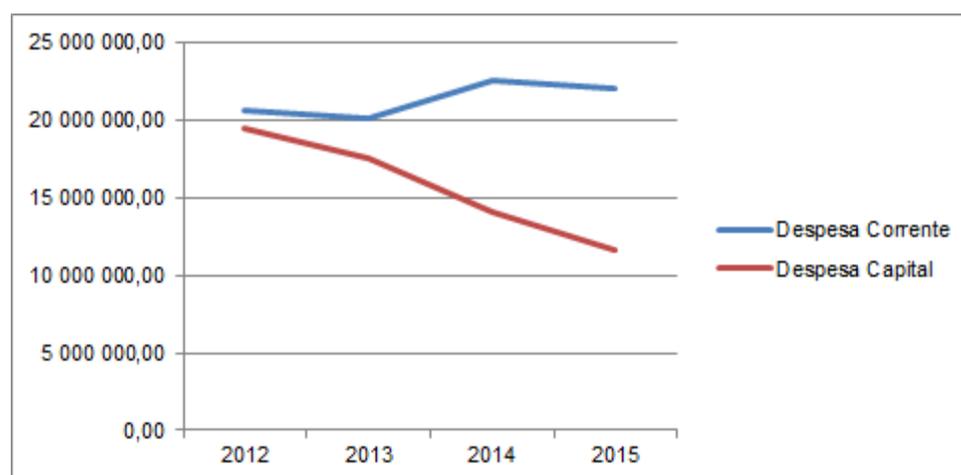


Evolução da Despesa

Destaques

Em relação a 2014, a despesa total do ano em análise apresenta uma diminuição de cerca de 7,7%.

Despesas correntes e de capital	2012	2013	2014	2015				Tx. Exec	Tx. Cresc.
				Dotação	Compromisso	Execução			
Despesa Corrente	20 686 409,91	20 129 149,24	22 550 968,29	30 039 922,34	27 008 932,27	22 083 871,10	73,52%	-2,07%	
Despesa Capital	19 448 949,89	17 520 148,21	14 057 496,16	23 051 947,15	21 495 165,67	11 704 663,11	50,78%	-16,74%	
Total	40 135 359,80	37 649 297,45	36 608 464,45	53 091 869,49	48 504 097,94	33 788 534,21	63,64%	-7,70%	



As modificações aos documentos previsionais, para efeitos de sua aplicação legal eficaz, têm de ser sujeitas à aprovação dos respectivos órgãos autárquicos. Compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, aprovar as alterações ao orçamento e às opções do plano.

Esta competência pode ser delegada no presidente deste órgão, que por sua vez pode subdelegar em quaisquer dos vereadores. Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as revisões ao orçamento e às opções do plano.

No decurso do ano de 2015, registaram-se modificações orçamentais, alterações e revisões, que, no seu conjunto, determinaram uma diminuição do valor global do orçamento em 6,8 milhões de euros.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	PREVISÕES INICIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES	DOTAÇÕES FINAIS
IMPOSTOS DIRECTOS	10 650 000,00	0,00	0,00	10 650 000,00
IMPOSTOS INDIRECTOS	195 000,00	0,00	0,00	195 000,00
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	4 806 000,00	0,00	0,00	4 806 000,00
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	60 000,00	0,00	0,00	60 000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19 516 817,00	0,00	0,00	19 516 817,00
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6 573 500,00	0,00	0,00	6 573 500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 416 000,00	0,00	0,00	1 416 000,00
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	225 185,00	0,00	0,00	225 185,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12 787 498,00	0,00	6 210 000,00	6 577 498,00
ACTIVOS FINANCEIROS	110 000,00	0,00	0,00	110 000,00
PASSIVOS FINANCEIROS	2 100 000,00	0,00	0,00	2 100 000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 500 000,00	0,00	1 269 987,38	230 012,62
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	626 856,87	0,00	626 856,87
TOTAL	59 945 000,00	626 856,87	7 479 987,38	53 091 869,49

Despesa Corrente

A despesa corrente é, por regra, mais rígida, já que engloba as despesas fixas com pessoal, instalações e funcionamento dos serviços. No ano de 2015 apresenta uma diminuição na ordem dos 2%.

Despesa Corrente	2012	2013	2014	2015				Variação
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Pessoal	9 801 396,26	10 080 080,17	11 104 610,02	11 949 036,03	10 865 291,35	10 561 095,14	88,38%	-4,89%
Bens Serv	7 428 920,63	7 357 933,02	8 298 689,73	13 621 410,00	12 655 317,72	8 767 600,35	64,37%	5,65%
Juros	453 353,20	326 590,89	267 001,58	330 407,18	199 746,46	199 724,57	60,45%	-25,20%
Transf.	2 057 969,11	1 765 059,15	2 399 965,04	2 693 198,35	2 404 434,63	1 675 119,93	62,20%	-30,20%
Subsídios	206 005,32	233 598,96	0,00	251 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Outras	738 765,39	365 887,05	480 701,92	1 194 870,78	884 142,11	880 331,11	73,68%	83,13%
Total	20 686 409,91	20 129 149,24	22 550 968,29	30 039 922,34	27 008 932,27	22 083 871,10	73,52%	-2,07%

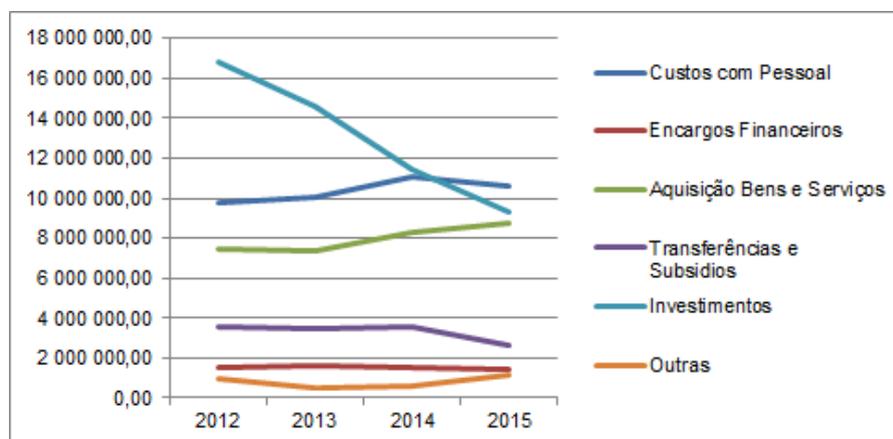
Despesa de Capital

No período em análise, as despesas de capital registaram uma diminuição na ordem dos 16,7% e atingiram, em 2015, os 11,7 milhões de euros.

Despesa Capital	2012	2013	2014	2015				Variação
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Aquisição Bens Invest.	16 827 053,14	14 593 121,67	11 479 359,13	20 630 429,21	19 077 706,32	9 296 128,96	45,06%	-19,02%
Transf. de Capital	1 286 653,57	1 516 808,93	1 172 473,68	940 102,41	937 152,84	937 152,84	99,69%	-20,07%
Activos Financeiros	217 330,00	109 915,00	108 666,00	232 181,00	232 180,00	232 180,00	100,00%	113,66%
Passivos Financeiros	1 117 913,18	1 300 302,61	1 296 997,35	1 249 234,53	1 248 126,51	1 239 201,31	99,20%	-4,46%
Total	19 448 949,89	17 520 148,21	14 057 496,16	23 051 947,15	21 495 165,67	11 704 663,11	50,78%	-16,74%

Despesas por grandes agregados

	2012	2013	2014	2015				Variação
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Custos com Pessoal	9 801 396,26	10 080 080,17	11 104 610,02	11 949 036,03	10 865 291,35	10 561 095,14	88,38%	-4,89%
Encargos Financeiros	1 571 266,38	1 626 893,50	1 563 998,93	1 579 641,71	1 447 872,97	1 438 925,88	91,09%	-8,00%
Bens e Serviços	7 428 920,63	7 357 933,02	8 298 689,73	13 621 410,00	12 655 317,72	8 767 600,35	64,37%	5,65%
Transf. e Subsídios	3 550 628,00	3 515 467,04	3 572 438,72	3 884 300,76	3 341 587,47	2 612 272,77	67,25%	-26,88%
Investimento	16 827 053,14	14 577 472,92	11 479 359,13	20 630 429,21	19 077 706,32	9 296 128,96	45,06%	-19,02%
Outras	956 095,39	475 802,05	589 367,92	1 427 051,78	1 116 322,11	1 112 511,11	77,96%	88,76%
Total	40 135 359,80	37 633 648,70	36 608 464,45	53 091 869,49	48 504 097,94	33 788 534,21	63,64%	-7,70%



Despesas com o pessoal

No ano económico de 2015 verifica-se uma descida dos custos com pessoal de 4,89%.

	2012	2013	2014	2015				Variação
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Membros Órgãos Autárquicos	383 000,00	293 858,90	245 244,23	235 000,00	230 118,60	230 118,60	97,92%	-6,17%
Pessoal do Quadro	5 269 033,75	5 278 096,56	5 031 564,45	5 026 000,00	4 958 832,33	4 958 832,33	98,66%	-1,45%
Pessoal Contratado a Termo	740 161,14	534 234,53	576 801,07	810 000,00	650 000,00	650 000,00	80,25%	12,69%
Pessoal em Qualquer Outra Sit.	134 656,91	119 593,06	985 950,78	928 109,74	550 455,37	550 455,37	59,31%	-44,17%
Repres. Suplementos e Premios	64 231,39	53 658,31	53 818,80	58 500,00	54 318,80	54 318,80	92,85%	0,93%
Sub. Refeição + Sub. Férias e Natal	1 164 261,04	1 522 577,00	1 676 640,10	1 741 072,96	1 596 177,01	1 596 177,01	91,68%	-4,80%
Rem. por Doença e Mater/Pater	52 236,78	25 108,76	26 096,66	40 000,00	28 859,48	28 859,48	72,15%	10,59%
Total Rem. Certas	7 807 581,01	7 827 127,12	9 080 316,09	8 838 682,70	8 068 761,59	8 068 761,59	91,29%	-11,14%
Horas Extra.	108 527,20	65 408,19	75 575,37	99 000,00	92 893,29	92 893,29	93,83%	22,91%
Ajudas de Custo	7 811,89	8 378,93	8 789,40	14 500,00	7 174,83	7 174,83	49,48%	-18,37%
Subsidio de Turno	44 827,34	104 046,51	99 111,58	109 000,00	95 085,81	95 085,81	87,23%	-4,06%
Outros Abonos	88 375,10	63 530,74	185 978,31	176 500,00	159 093,21	159 093,21	90,14%	-14,46%
Total Abonos	249 541,53	241 364,37	369 454,66	399 000,00	354 247,14	354 247,14	88,78%	-4,12%
Encargos com Saúde	343 274,17	360 254,19	271 043,00	634 000,00	613 032,65	308 836,44	48,71%	13,94%
Subsidio Familiar	49 421,40	50 318,51	50 829,93	70 500,00	57 128,50	57 128,50	81,03%	12,39%
Contribuições Seg. Social	1 280 786,07	1 549 292,42	1 817 166,34	2 006 853,33	1 772 121,47	1 772 121,47	88,30%	-2,48%
Outras Despesas	21 939,96	628,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Seguros	48 852,12	51 094,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Total Seg. Social	1 744 273,72	2 011 588,68	2 139 039,27	2 711 353,33	2 442 282,62	2 138 086,41	78,86%	-0,04%
TOTAL	9 801 396,26	10 080 080,17	11 588 810,02	11 949 036,03	10 865 291,35	10 561 095,14	88,38%	-8,87%

Aquisição de Bens e Serviços Correntes

	2012	2013	2014	2015				variação
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Aquisição de Bens	1 770 392,28	1 717 281,45	1 943 603,72	4 735 560,00	4 488 260,82	2 368 742,87	50,02%	21,87%
Aquisição de Serviços	5 658 528,35	5 640 651,57	6 355 086,01	8 885 850,00	8 167 056,90	6 398 857,48	72,01%	0,69%
TOTAL	7 428 920,63	7 357 933,02	8 298 689,73	13 621 410,00	12 655 317,72	8 767 600,35	64,37%	5,65%

Transferências

	2012	2013	2014	2015				variação
				Dotação	Comp.	Execução	%	
Administração Central	183 208,00	236 217,01	190 292,69	270 500,00	270 010,27	270 010,27	99,82%	41,89%
Administração Local	244 563,30	78 689,64	671 785,28	720 698,35	663 936,90	43 588,21	6,05%	-93,51%
Instituições sem Fins Lucrativos	1 552 929,06	1 292 446,41	1 299 388,40	1 367 000,00	1 204 733,15	1 095 931,56	80,17%	-15,66%
Famílias	77 268,75	157 706,09	238 498,67	335 000,00	265 754,31	265 589,89	79,28%	11,36%
Total das Transf. Correntes	2 057 969,11	1 765 059,15	2 399 965,04	2 693 198,35	2 404 434,63	1 675 119,93	62,20%	-30,20%
Administração Local	1 177 152,99	1 450 595,24	1 051 544,87	940 102,41	937 152,84	937 152,84	99,69%	-10,88%
Instituições Sem Fins Lucrativos	109 500,58	66 213,69	120 928,81	0,00	0,00	0,00		-100,00%
Total Transf. de Capital	1 286 653,57	1 516 808,93	1 172 473,68	940 102,41	937 152,84	937 152,84	99,69%	-20,07%
TOTAL	3 344 622,68	3 281 868,08	3 572 438,72	3 633 300,76	3 341 587,47	2 612 272,77	71,90%	-26,88%

Despesas de Investimento

	2012	2013	2014	2015				variação
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Terrenos	266 402,00	296 722,00	197 668,74	235 430,00	235 430,00	235 430,00	100,00%	19,10%
Habitações	540 040,90	143 952,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Edifícios	5 354 388,81	4 430 151,09	5 017 663,76	5 778 000,00	5 242 105,28	3 650 617,43	63,18%	-27,24%
Construções	4 791 936,71	5 884 762,92	4 881 512,85	12 410 091,33	11 624 358,64	4 347 844,38	35,03%	-10,93%
Material Trans	67 601,33	4 920,00	96 426,75	112 907,88	112 876,80	112 876,80	99,97%	17,06%
Equip. Adm.	217 578,40	268 875,38	126 867,94	222 000,00	218 548,13	126 590,40	57,02%	-0,22%
Equip. Básico	4 433,00	139 872,95	114 479,42	306 000,00	299 113,09	212 716,62	69,52%	85,81%
Outros Invest	5 584 671,99	3 408 216,33	1 044 739,67	1 566 000,00	1 345 274,38	610 053,33	38,96%	-41,61%
TOTAL	16 827 053,14	14 577 472,92	11 479 359,13	20 630 429,21	19 077 706,32	9 296 128,96	45,06%	-19,02%

Serviço da Dívida e Outros Encargos Financeiros

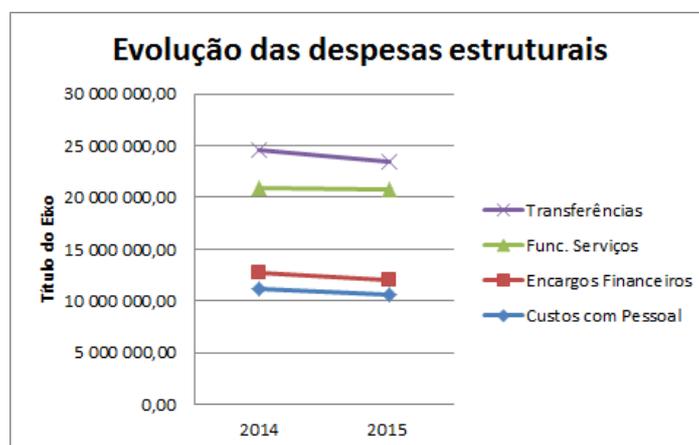
Operações Financeiras	2012	2013	2014	2015				variação
				Dotação	Comp.	Execução	%	
Juros	453 353,20	326 590,89	267 001,58	330 407,18	199 746,46	199 724,57	60,45%	-25,20%
Empréstimos Bancários MLP	233 579,36	131 789,62	139 973,55	113 407,18	106 825,96	106 804,07	94,18%	-23,70%
Outros Juros	219 773,84	194 801,27	127 028,03	217 000,00	92 920,50	92 920,50	42,82%	-26,85%
Amortizações de Empréstimos MLP	1 117 913,18	1 300 302,61	1 296 997,35	1 249 234,53	1 248 126,51	1 239 201,31	99,20%	-4,46%
TOTAL	1 571 266,38	1 626 893,50	1 563 998,93	1 579 641,71	1 447 872,97	1 438 925,88	91,09%	-8,00%

Despesa estrutural

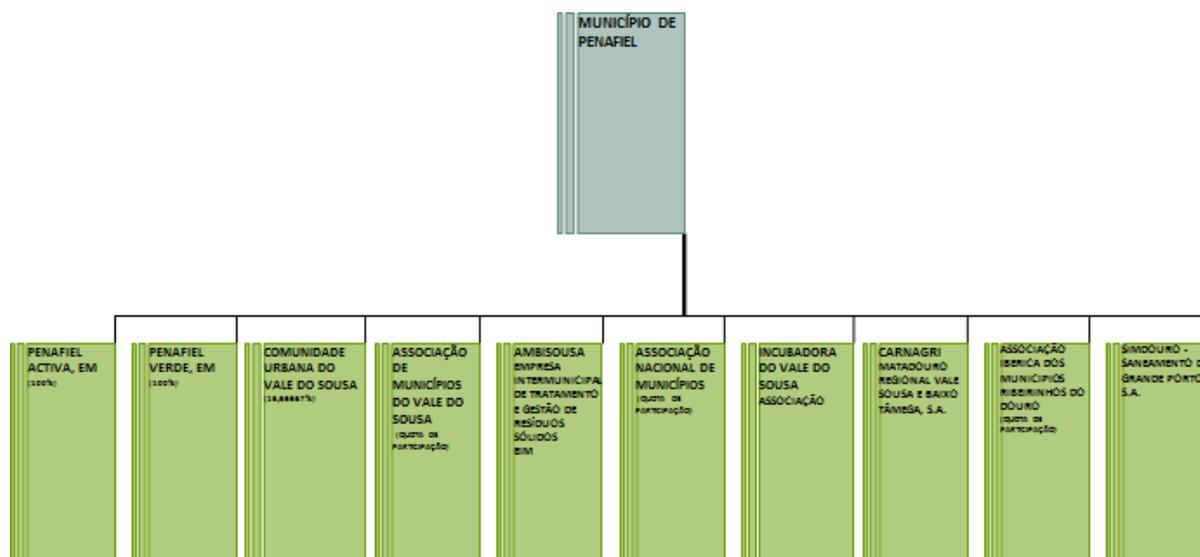
As despesas estruturais correspondem ao conjunto dos gastos certos e regulares e/ou destinados ao cumprimento de obrigações legais.

	2012	2013	2014	2015				variação
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Custos com Pessoal	9 801 396,26	10 080 080,17	11 104 610,02	11 949 036,03	10 865 291,35	10 561 095,14	88,38%	-4,89%
Encargos Financeiros	1 571 266,38	1 626 893,50	1 563 998,93	1 579 641,71	1 447 872,97	1 438 925,88	91,09%	-8,00%
Func. Serviços	7 428 920,63	7 357 933,02	8 298 689,73	13 621 410,00	12 655 317,72	8 767 600,35	64,37%	5,65%
Transf.	3 344 622,68	3 281 868,08	3 572 438,72	3 884 300,76	3 341 587,47	2 612 272,77	67,25%	-26,88%
Total	22 146 205,95	22 346 774,77	24 539 737,40	31 034 388,50	28 310 069,51	23 379 894,14	75,34%	-4,73%

Destaque para a taxa de execução do orçamento da despesa, fixada nos 63,6%. Registou-se uma redução de 2% nas despesas correntes totais, com relevo para as despesas com pessoal, reduzidas em cerca de 5%. Nos encargos financeiros, diminuição de 8%, e nas transferências correntes, na ordem dos 26%. Face ao ano económico de 2014, a despesa estrutural diminuiu cerca de 5%.



V - PARTICIPAÇÕES E SECTOR EMPRESARIAL LOCAL



Partes de Capital

Nome	Sede	Natureza	Participação em 31/12/2014		Participação em 31/12/2014	
			%	Valor	%	Valor
PENAFIEL VERDE EM	Penafiel	EM	100	6,000,000.00	100	6,000,000.00
PENAFIEL ACTIVA EM	Penafiel	EM	100	50,000.00	100	50,000.00
TUREL - TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO	Braga	CRL		5,000.00		5,000.00
CARNAGRI - MATADOURO REGIONAL VALE SOUSA E BAIXO TÂMEGA, S.A.	Penafiel	SA	2,13	139,852.95	2,13	139,852.95
AMBISOUSA-EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM	Lousada	EIM	1,666	25,000.00	1,666	25,000.00
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.	V.N.Gaia	S.A.	2,70	620,945.00	2,70	620,945.00
DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TÂMEGA	Marco de Canaveses	CRL		1,250.00		1,250.00
INCUBADORA DO VALE DO SOUSA, ASSOCIAÇÃO	Penafiel	ASS		100,000.00		100,000.00

Obrigações e Títulos de Participação

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. No n.º 3 do supra mencionado artigo está prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios, o montante imputável a cada um deles, que foi entretanto comunicado àquelas entidades pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em cumprimento dos disposto no art. 17º, n.º 4, do RJRFM. No caso do Município de Penafiel, o valor é de 1.625.267,09€.

Nome	Participação em 31/12/2015		Capital Realizado até 31/12/2015
	%	Valor	Valor
Fundo de Apoio Municipal	100	1,625,267.09	232,180.00

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM). De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015. Assim, para os municípios, as unidades de participação consubstanciam um ativo e investimento financeiros, pelo que, ao nível dos respetivos documentos previsionais e de prestação de contas, bem como dos registos contabilísticos, foi seguido o seguinte tratamento deste evento:

- No Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do ano de 2015, inscrição de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação, devendo constar, nomeadamente, da coluna designada de “ Despesas - Financiamento definido “, o valor a pagar relativo às unidades de participação a realizar nesse exercício e, nas diversas colunas “ Despesas – Anos seguintes “, o montante correspondente dos anos posteriores, discriminado no que respeita aos anos de 2016, 2017 e 2018 e agregado quando aos restantes anos (2019 a 2021). Nos PPI dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico, ajustado apenas face ao evoluir dos anos e do valor subscrito e ainda não realizado.
- Ao nível do orçamento de 2015, o município reflectiu uma despesa com ativos financeiros, correspondente ao valor do capital do FAM a realizar neste exercício, no montante de 232.180€. Nos orçamentos dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico.
- Quanto aos registos a efetuar em termos de contabilidade patrimonial, o valor referido foi debitado numa subconta da conta 412 por contrapartida do crédito numa subconta de conta 268 (4122 – Investimentos financeiros – Obrigações e Títulos de Participação – Fundo de Apoio Municipal e 268126 – Devedores e credores diversos - Credores das Administrações Públicas – Fundo de Apoio Municipal).

O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

VI - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

- Artigo 52.º - Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- O n.º 2 do art.º 52.º do RFLAEI - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º do RFALEI - Definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. As entidades que relevam são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram

em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de ruptura financeira (art.º 61.º).

Limite da dívida total 2015

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município é apurado do seguinte modo:

- "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIIAL, de acordo com a informação reportada pelos municípios, à data de 16 de julho de 2015.

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados, já que os mesmos são um serviço do Município. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

- "(...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A evolução do endividamento municipal e respetiva margem está disponível nos relatórios disponibilizados aos municípios no acesso reservado do SIIAL.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIIAL, de acordo com a informação reportada pelo município.

Município	2012	2013	2014	Média (2012,2013,2014)	Limite 2015 = 1,5 * Média (2012 a 2014)
PENAFIEL	26.114.445	26.565.934	30.287.556	27.655.978	41.483.968

Dívida total apurada para efeitos do limite de endividamento

Município	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total (31-12-2015)							Variação da dívida 2015
		Total da dívida a terceiros	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	FAM	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Margem	
PENAFIEL	41 483 968	28 474 556	128 422	28 602 978	142 240	1 393 087	27 067 651	14 416 317	-3,43%

A política financeira do Município de Penafiel continuou, assim, no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento, independentemente da margem disponível para a utilização de empréstimos, que no ano em apreço, não foi utilizada.

Prazo médio de pagamentos

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C. Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIIAL a 31 de dezembro de 2015, de acordo com a informação reportada pelos municípios.

Município	PMP (n.º dias) a 31-12-2012	PMP (n.º dias) a 31-12-2013	PMP (n.º dias) a 31-03-2014	PMP (n.º dias) a 31-12-2015
Penafiel	222	136	135	184

VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando se verificar um saldo positivo na conta 59 “ Resultados Transitados”, o seu montante poderá ser repartido da seguinte forma:

- Reforço do Património;
- Substituição do reforço de Reservas.

Refere ainda que deve substituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Em 2015 o Resultado Líquido do Exercício (RLE) foi de 999.279,13 euros. Para reservas legais serão transferidos, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, 5% do valor de RLE, no total de 49.963,96 euros. Para património serão transferidos 949.315,17 euros.

VIII - INDICADORES E RÁCIOS

Apresentam-se infra uma série de indicadores relativos ao cumprimento de equilíbrios legalmente exigidos, aos meios humanos e financeiros do Município e a medidas de eficácia e de eficiência da actuação municipal, que visam, de um modo quantitativo e sintético, demarcar o exercício de 2015 e a evolução recente dos diversos vectores abordados.

RÁCIO	2014	2015	RÁCIO	2014	2015
Receitas correntes			Despesa pessoal		
Despesas correntes	134,31%	134,54%	Receitas correntes ano anterior	43,28%	34,87%
Impostos Directos			Aquisição Bens e Serviços		
População Penafiel	112,20	109,00	População Penafiel	114,84	121,32
Investimento			Receita Total		
População Penafiel	158,85	128,64	Receita Total ano anterior	-5,73%	-6,26%
Despesa Total			FEF+FSM+IRS		
Despesa Total ano anterior	-2,76%	-7,70%	Despesa Total	39,34%	45,55%
Receita Total Cobrada			Investimento		
Receita Final Orçada	59,71%	64,10%	Investimento Final Previsto	39,72%	45,06%
Investimento			Fundos Proprios		
Despesas Pessoal	103,37%	88,02%	Fundos alheios	273,62%	264,40%
Activo Circulante			Emprestimos MLP		
Passivo Circulante	13,67%	8,15%	Imobilizado liquido	5,94%	5,30%
Fundos propios			Proveitos Operacionais		
Activo Liquido	73,23%	72,56%	Custos Operacionais	104,78%	102,19%
Património					
Activo Liquido	69,38%	69,48%			